

PROCURA-SE HISTÓRIAS

Filme e depoimento atestam a necessidade de preencher a lacuna que é o período da Ditadura Militar no Brasil

Por Letícia Naísa
e Beatriz Macruz

“**E**u tive contato com a história do meu tio na adolescência... Eu escrevi um texto para a *Caros Amigos* em que eu faço um relato do porta-retrato dele, que eu sempre via aquela figura, aquele homem bonito, jovem, sempre na penteadeira do quarto da minha avó, e quando a irmã dela morreu, ela veio morar com a gente, com a minha família, com a minha mãe, com o meu pai e com a minha irmã.

Mas antes disso eu já via esse porta-retrato sempre no apartamento dela em cima dessa cômoda e sempre tinha uma flor do lado, então minha primeira lembrança dessa figura do Merlino é esse rapaz dessa foto, que era me apresentado como tio Eduardo. Minha avó falava muito dele, que ele era inteligente, culto, ele era aquela pessoa que defendia direitos iguais para todos e morreu por isso, mas ela não me explicava como que ele tinha morrido. Então, com uns 13 anos, eu descobri como ele tinha morrido sozinha. Eu acho que ela ia demorar um pouco mais para me contar, mas tinha no quarto da minha avó um livro, “Brasil, nunca mais” que contava a história dele, como ele tinha sido torturado e eu lembro que eu fiquei chocadíssima, fiquei muito, muito revoltada com aquilo.

Então, por conta disso, eu comecei a ter muito interesse pela história dele e pela ditadura militar, pela história do Brasil; eu fui uma adolescente que estudava muito história, e comecei a acompanhar a minha avó nesses atos envolvendo familiares de desaparecidos, eu tinha uns 15 anos. Foi assim que eu conheci a história dele e me envolvi. Houve todo um processo de amadurecimento meu como pessoa e político, mas eu sempre tive um senso de revolta muito grande pela impunidade do assassinato dele, por ter sido um crime que não foi reconhecido e não foi julgado. Na verdade, era para ele ser um desaparecido político, mas ele só não foi porque meu pai era delegado de polícia e encontrou o corpo dele.

O Luis Eduardo nasceu em Santos, ele era jornalista; quando veio para São Paulo, entrou como foca no *Jornal da Tarde* (JT) com 17 anos, e começou militar com 19 anos no Movimento Estudantil e depois entrou no Partido Operário Comunista (POC). Ele trabalhou no JT, na *Folha da Tarde*, ele tinha uma carreira de jornalista ativa paralela à militância e era estudante também, de História da USP, imagino que foi ali também que ele começou a militância. Nisso, ele começou a namorar uma militante também do POC, eles eram companheiros amorosos e companheiros de militância. Num determinado momento, eles resolveram ir para a França e entraram em contato com a Quarta Internacional; eles eram trotskistas, ficaram 10 meses lá.

Em julho de 1961, eles resolveram voltar para o Brasil. Meu tio não era clandestino, tinha



Reprodução

Tio Eduardo: “Era aquela pessoa que defendia direitos iguais para todos e morreu por isso”



Reprodução

todos os documentos legais; ele viajou com passaporte, mas quando ele voltou para São Paulo e foi para a casa da minha avó em Santos, no dia seguinte, ele foi preso. Chegaram três homens, um da polícia militar, um da civil e um do exército, na casa da minha avó, e ele foi levado. Minha mãe e minha avó nunca mais o viram.

Depois de quatro dias, meu pai começou a procurá-lo, ligou no Segundo Exército em Santos e disseram que ele tinha se suicidado, mas a família não acreditou, porque embora minha mãe e minha avó soubessem que ele militava, elas não sabiam detalhes, então a família inteira veio para São Paulo e meu pai foi no Instituto Médico Legal (IML), burlou a vigilância, fingiu que ia procurar um bandido qualquer e encontrou o corpo dele lá; muitas marcas de tortura, extremamente torturado o corpo, e sem identificação: ou seja, era para ele ser mais um desaparecido político. Se não fosse isso, a família não saberia até hoje onde estaria o corpo dele - estaria em alguma dessas valas clandestinas.

Enfim, depois de alguns anos, algumas pessoas que foram presas e sobreviveram relataram e denunciaram as torturas que ele sofreu, uma das militantes contou que ela foi torturada junto com ele, ela na cadeira do dragão e ele num pau de arara, juntos. Várias pessoas contaram que viram ele numa maca, torturado, com as pernas muito machucadas, não conseguia andar, um carcereiro massageava a perna dele. Todos esses detalhes a gente foi sabendo ao longo da minha adolescência. Sempre muito envolvida com a questão, fui fazer jornalismo, sob muita influência dele, ele era uma figura que admirava muito quando adolescente, até hoje é. Isso me influenciou na escolha pelo jornalismo de esquerda e também na área em que eu cubro, de direitos humanos”.

O relato é da jornalista Tatiana Merlino, repórter da revista *Caros Amigos*, sobre seu tio, Eduardo Merlino, militante do POC – mesmo partido de Celso de Castro, pai da diretora Flávia de Castro (vide box) – morto durante o regime militar aos 23 anos, em 1971. Confira abaixo, o restante da entrevista:

Contraponto – A nossa atual presidenta foi militante, guerrilheira, torturada, você acha que isso é uma influência positiva para esses casos, para que haja uma abertura dessas histórias?

Tatiana Merlino – Deveria, mas de fato, não influencia. Na prática que nós vemos, o governo não quer mexer nessas coisas, o que eu acho lamentável. Tanto no governo Lula quanto no governo Dilma agora, eu gostaria muito que houvesse um enfrentamento dessas questões, mas eu acho que deve ter havido algum acordo com os militares para não se mexer nessa questão, então embora a Dilma seja uma ex-guerrilheira, tenha sido presa e torturada eu acho que ela infelizmente não vai mexer nessas questões. O Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos em dezembro do ano passado no caso da família Araguaia e tem um ano para cumprir a sentença. Dentre tudo o que a sentença diz, ela prevê a punição dos torturadores, não só do caso Araguaia, mas o esclarecimento e a abertura de investigação sobre todos os casos de tortura, morte e desaparecimentos durante a ditadura. Então o Brasil está condenado a isso, mas até agora não se sabe se vai cumprir essa decisão e o entendimento que algumas entidades têm é que a Comissão da Verdade, da maneira como ela foi construída é uma espécie de cortina de fumaça para que o Brasil não mexa na questão da punição, a Comissão não prevê essa punição dos torturadores.

CP – Você acha que algum dia esses documentos virão à tona e que algum dia terá justiça?

TM – A justiça pode ser feita independentemente desses documentos, claro que eles ajudariam a esclarecer muita coisa, mas a justiça já poderia ser feita, apesar de alguns documentos não terem vindo à tona ainda. Por exemplo, a minha família move uma ação na área civil, não é uma ação penal, contra o Coronel Ulstra, que foi um torturador da ditadura e que seis testemunhas que estiveram no Tribunal de Justiça contam terem visto o Luis Eduardo sendo torturado e terem visto o Ulstra participando das torturas ou do Luis Eduardo ou

delas mesmas. O ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, relatou nesse momento que ele foi pessoalmente torturado pelo Coronel Ulstra, ou seja, ele poderia ser condenado penalmente, independentemente desses arquivos, mas eu não sei dizer se isso vai vir à tona algum dia.

CP – O quão importante para o Estado Brasileiro se-

ria o direito de acesso a essas memórias e arquivos?
TM – Eu acho que é para construir de fato uma nação democrática. Existem três pilares para a transição de uma ditadura militar para um regime democrático: *memória, verdade e justiça*. A gente está engatinhando ainda nesses três pontos... Em *memória* tivemos algo importante durante a gestão Lula, que foi a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, o lançamento de um livro



Tatiana Merlino na busca da história do passado de seu tio



Reprodução

sobre os mortos e desaparecidos feito pela Secretaria de Direitos Humanos.

Verdade... o fato de esses documentos não terem vindo à tona mostra que esse pilar ainda está muito frágil.

Justiça é... inacreditável. É um atraso enorme em relação a outros países da América Latina que também passaram por ditaduras e que estão punindo seus torturadores. Eu acho que é fundamental para a consolidação da democracia do país, e não só para quem sofreu durante essa época, mas para as novas gerações conhecerem exatamente o que aconteceu. E também, como a gente pode defender um país democrático quando temos torturadores soltos que continuam impunes? E também, é fundamental para os crimes que continuam acontecendo hoje, a polícia continua matando muito, sobretudo os jovens negros da periferia.

CP – Você acha que essa repressão que existe hoje, da polícia, por exemplo, é um reflexo desse período?

TM – Eu penso que é uma continuidade. O professor Paulo Arantes e o filósofo Vladimir Safatle

falam de um não fim da ditadura militar, que a prática de Estado de continuar matando e reprimindo é uma continuidade da ditadura, ainda mais porque a mentalidade dessas instituições não foram modificadas, então é evidente que a violência do Estado contra as manifestações, contra a população pobre, são um reflexo dessa impunidade do passado.

CP – Como você vê essas obras que retratam o período da ditadura? Qual é a importância delas? Você acha que isso pode ser um estímulo para trazer a verdade à tona?

TM – Sim. Elas são fundamentais para a construção da história, da memória. Essas com um tom mais pessoal como o filme (*Diário de uma Busca*) da Flávia (Castro), que eu não assisti ainda, mas eu vi o trailer e li a respeito, eu acho que são fundamentais para a reconstrução da verdade histórica do Brasil. Ajudam muito, já que o Estado tem tanta dificuldade para encarar esse tema, esses livros, filmes e debates são fundamentais.

CP – Do seu ponto de vista, os jovens hoje honram a luta que seus pais e avós enfrentaram durante aquele período?

TM – Então, eu cresci com essa sensação, na minha adolescência eu pensava “nossa, eu devia ter vivido durante a ditadura para poder lutar contra isso”. Essas gerações que nasceram depois da ditadura e cresceram pós redemocratização às vezes têm isso, é muito difícil, eu tinha essa sensação muito grande, tenho menos hoje porque eu acho que embora a gente não tenha a ditadura militar, a figura da ditadura, dos militares, está presente ainda, embora não de maneira tão explícita, a gente ainda tem contra o que lutar; quem é contra o capitalismo, por mais que seja difícil, porque mais que pareça que seja louco falar “eu sou contra o capitalismo” hoje, eu acho que tem contra o que lutar, sim. Existem bandeiras mais fluidas, a bandeira das mulheres, LGBT, a descriminalização da maconha... são várias bandeiras, mas eu acho que tem contra o que lutar sim, embora os jovens estejam muito apáticos, é uma minoria que segue a luta.

CP – Como você vê o papel da mídia hoje na cobertura desses casos?

TM – A grande mídia acaba sendo obrigada a cobrir esses casos quando eles aparecem com muita força, por exemplo: a gente moveu duas ações contra o Coronel Ulstra, uma foi extinta, e essa segunda ação teve a audiência no dia 27 [de agosto]; acho que quando a mídia é muito provocada, ela acaba cobrindo, e também porque é difícil defender torturador... defender esse tipo de crime. Mas por outro lado, a grande imprensa acaba tentando descontextualizar e equiparar à violência cometida por alguns militantes de esquerda. É criada a Comissão da Verdade e ela age como se fosse tudo igual, como se fosse equiparável. A intensidade da violência de algumas organizações de esquerda que praticaram sequestro, assaltos, enfim, eram de pessoas lutando contra um Estado repressor, o que a até a ONU reconhece como um direito de se insurgir contra um Estado tirano. Além daquela ideia de que quem pegou em armas é bandido, não é assim. E também essas pessoas que cometeram crimes durante a ditadura foram presas, julgadas, torturada e os crimes de Estado, não, estão impunes até hoje. Então quando a mídia é muito provocada, ela acaba cobrindo. No caso dessa audiência da minha família, ela recebeu uma atenção maior pelo fato de o Sarney ter sido testemunha do Ulstra, ou seja, algo que rendia pauta.

Algumas respostas, mas nenhuma conclusão

Diário de uma Busca é um título belíssimo e muito eloquente para um filme que está, a todo tempo em busca de (H)istórias: a história para o filme e a história de Flávia de Castro e de seu pai, Celso – militante comunista no período da ditadura, cuja morte misteriosa levou Flávia a fazer este documentário – e, por extensão, de muitos outros brasileiros e do país.

Diário de uma busca, ou mesmo muitas, que não são suficientes para recompor a lacuna afetiva e histórica, da diretora, que percebe e escancara essa incompletude. Assim, fez um filme de perguntas, com algumas respostas, mas nenhuma conclusão. Um filme em busca da história que quer contar: uma explicação para a morte do pai, uma infância no exílio, um país que recusa sua própria memória...

Em diversos momentos, a narração suave de Flávia, questiona a platéia, a si mesma e até seus familiares e entrevistados, enquanto ela vaga e filma por espaços vazios – casas, ruas, praças, cenários, quietos, à espera de personagens que dêem voz ao seu enredo. É um filme personalíssimo; quase a cartografia de uma família, mas que vai refletindo em várias outras, em nós e nas nossas, e por isso atinge um tom universal. Levanta a importância e a necessidade da memória. Levanta a importância da voz e da história nesse cenário que chamamos de Brasil; permite que vozes isoladas ressoem, contando e perguntando sobre histórias que este cenário também se recusa a mostrar. As vozes várias da Flávia. Que permeiam e convidam muitas outras a ressoar junto com ela.